

**ATA**

Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. Não esteve presente a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador António Monteiro de Castro – Começou por desejar a todos um bom Natal. De seguida, disse entender que os Vereadores da oposição deveriam ter conhecimento pela Câmara (ou pelo Presidente da Câmara) da realização de eventos quando são de promoção da Câmara ou patrocinados por esta, como é o caso do convívio dos Idosos e do almoço dos Reis, e não pela Comunicação Social como tem acontecido. Acrescentou, a propósito, que, ao longo destes anos em que tem estado responsável por algumas entidades de natureza social, sempre convidou o Presidente da Câmara e os Vereadores para os eventos sociais promovidos, dando assim a estes eventos uma maior dignidade. -----

2 – Vereador José Manuel Torcato – Referiu um artigo

publicado no jornal “Público” sobre a reunião ocorrida para tratar da questão do Fundo de Apoio Municipal (FAM), em que vários autarcas se reuniram para delinear uma estratégia de contestação à obrigação das autarquias de comparticiparem neste fundo, perguntando ao Presidente da Câmara qual a sua posição neste domínio. Terminou, dizendo que desejava a todos um bom Natal. -

3 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** Disse que quando os eventos não são promovidos pelo Município o Presidente da Câmara representa o Município. Quando o Município é o promotor direto dos eventos, os Vereadores são sempre convidados; **b)** Sobre a questão do FAM, disse que, na qualidade de membro do Conselho da Associação Nacional de Municípios, havia discordado deste processo. Recordou a aprovação do FAM entre aquela entidade e o Governo, cujas condições são desfavoráveis para o Município de Guimarães, que sai muito lesado. Disse acompanhar este processo através do Presidente da Associação Nacional de Municípios, pelo que a sua discordância e alteração desta situação será sempre abordada a nível institucional com aquele responsável. Finalizou dizendo que também pretendia aqui deixar os votos de um bom Natal. -----

-----**VOTO DE LOUVOR**-----

VOTO DE LOUVOR - CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - PRÉMIO FUNDAÇÃO MANUEL DA MOTA –

Presente a seguinte proposta: “A Fundação Manuel António da Mota institui anualmente o “Prémio Manuel António da Mota” distinguindo organizações e personalidades que se destaquem nos vários domínios da sua atividade. Em 2014, assinalando o 20º aniversário do Ano Internacional da Família, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1994, o Prémio Manuel



António da Mota distinguiu Instituições que atuam no domínio da valorização, defesa e apoio à família nas mais variadas áreas, procurando assim dar o seu contributo para o reconhecimento e notoriedade públicas do trabalho desenvolvido e para a importância dos valores e interesses da família na sociedade portuguesa. Entre mais de trezentas candidaturas apresentadas foram selecionados os 10 projetos finalistas entre os quais o denominado "Residências Partilhadas" apresentado pela CASFIG que recebeu uma menção honrosa e um cheque no valor de cinco mil euros. Tratando-se de uma experiência a todos os títulos inovadora na área da habitação social, a sua conceção, implementação e monitorização permanente – condições indispensáveis ao sucesso do modelo e à distinção recebida, em muito se ficam a dever ao empenho, dedicação e profissionalismo da equipa técnica da CASFIG, uma equipa norteada pela profunda convicção de que é sempre possível fazer mais e melhor quando se trata de criar as condições para uma integração social harmoniosa que se constitua como terreno para a esperança e assegure que cada um possa desempenhar um papel socialmente relevante, por mais difíceis que sejam o seu passado e contexto. Mercê do contributo fundamental para a obtenção desta honrosa distinção e em reconhecimento público do seu denodado trabalho diário proponho que seja aprovado um Voto de Louvor à equipa técnica da CASFIG. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de novembro, dando cumprimento à deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, que se anexa, que se dá aqui por reproduzido e

fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Da seguinte informação dos Serviços da Divisão de Educação:

"Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico – Ano letivo 2014/2015 - Como é de conhecimento superior, é

apresentada anualmente pelo Município candidatura aos apoios financeiros concedidos pelo Ministério de Educação e Ciência, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Despacho nº 18987/2009, de 6 de agosto, e publicado no Diário da República nº 158, (2ª série), de 17 de agosto. De acordo com a informação prestada pela DGEstE - Direção de Serviços da Região Norte, está disponível a aplicação informática para a formalização da candidatura referente ao ano letivo 2014/2015, devendo a mesma ser apresentada até ao final deste ano civil. Na candidatura deverá ser prestada informação, por cada estabelecimento de ensino, relativamente a: regime de funcionamento; estimativa de alunos do 1º ciclo que vão usufruir da refeição escolar; horário e local onde vão ser servidas as refeições; entidade que confeciona as refeições; custo de cada refeição escolar. O número previsível de alunos que será abrangido pelo Programa no corrente ano letivo é de 5.573, distribuídos por 68 estabelecimentos de ensino, tendo-se estimado um custo médio refeição/aluno de €2,43. Em face do exposto, solicita-se autorização superior para desencadear os procedimentos necessários à formalização da candidatura." -----

3. Do ofício da VITRUS AMBIENTE EM SA remetendo, para conhecimento e em cumprimento do disposto na alínea e) do art.º 42 do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de



agosto, o relatório de execução orçamental referente ao 3.º trimestre do exercício corrente. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2014. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

O Presidente da Câmara propôs que o ponto 19 desta agenda de trabalhos - PATRIMÓNIO - TRANSFERÊNCIA DO TROÇO DA VIM - ENTRE KM 6,4 E KM 11,8 - GUIMARÃES - fosse votado antes da proposta de votação das obras de requalificação da VIM (Via Intermunicipal), o que foi aceite por unanimidade. Ato imediato, o Presidente da Câmara passou a palavra ao Diretor do Departamento de Obras Municipais, Eng.º Joaquim Carvalho, que fez a apresentação da intervenção que a Câmara Municipal pretende fazer na VIM. -----

De seguida, passou-se então à discussão e votação da proposta de transferência para o Município do troço da VIM: **PATRIMÓNIO - TRANSFERÊNCIA DO TROÇO DA VIM - ENTRE KM 6,4 E KM 11,8 - GUIMARÃES** - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “A Via Intermunicipal, adiante designada por VIM, foi construída pela AMAVE em finais da década 90, do passado século, tendo em vista a ligação dos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Vizela, Guimarães e Santo Tirso, numa extensão total de 17,9 quilómetros. Todavia, nos últimos tempos, e em face da inexistência de qualquer equipa de manutenção por parte da AMAVE, tornou-se impossível resolver os problemas inerentes à boa gestão da VIM, por via da administração direta, sendo a AMAVE obrigada a recorrer à prestação de serviços, o que provoca uma maior morosidade nas reparações e com custos elevados. Tal situação tem causado inconvenientes às populações

e utilizadores da VIM que pretendem uma intervenção mais eficaz na VIM, sempre que assim seja necessária, e como tal o modelo de gestão adotado pela AMAVE não se adequa às necessidades que uma via desta natureza exige. Por outro lado, as despesas decorrentes das reparações e gestão da VIM são posteriormente imputadas aos Municípios, na devida circunscrição. Em reunião ordinária do Conselho Diretivo da AMAVE, de 2 e 9 de dezembro último, foi aprovado por unanimidade a transferência da gestão e da propriedade da VIM, para cada um dos Municípios, em função da respetiva circunscrição administrativa territorial, por se entender que os Municípios dispõem de meios próprios que podem tornar tais intervenções mais céleres e menos onerosas. Assim, nos termos da alínea ccc), do nº 1, do art.º 33º, da Lei 75/2013 de 12/09, caberá à Câmara Municipal submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme competência própria prevista na alínea q), do nº 1, do art.º 25º, da referida lei, a proposta de transferência da gestão e propriedade da VIM, entre os km 6,4 e km 11,8, no sentido de Joane - Vizela, anexando, para o efeito, cópia da minuta do documento de transferência. À consideração superior.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DA VIA INTERMUNICIPAL - VIM (5.950KM-11.650KM) -

INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Empreitadas: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação da Via Intermunicipal – VIM (5.950 Km – 11.650 Km, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa



inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €2.485.669,51 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.73 do Plano Plurianual de Investimentos de 2015. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €2.485.669,51 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 150 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam

arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de requalificação do troço da VIM que se localiza em território do nosso Município, com custos estimados em perto de 2,5 milhões de euros + IVA, com o prazo de execução de 150 dias, pelas seguintes razões: As condições de circulação e segurança rodoviária na VIM estão manifestamente degradadas, pelo que se exige a referida intervenção. As três freguesias de Serzedelo, Guardizela, Lordelo, atravessadas pela VIM são das mais populosas do Município, e a Via serve o coração do Vale do Ave, onde se localiza um amplo sector industrial. Ao votar no presente mandato este investimento, em três freguesias distantes da cidade, com tão elevado montante, a Câmara assume uma opção e um claro sinal político na defesa da coesão territorial do Município. Esta intervenção torna-se agora possível pela deliberação, igualmente votada na presente reunião da Câmara Municipal, que transferiu a posse do referido troço da VIM, da AMAVE para o nosso Município. Esta transferência resulta da assunção pelo Municípios integrantes da AMAVE do património da referida associação, após ter sido expressa a vontade, por vários Municípios, que a integravam, de deixar de pertencer-lhe. Apesar da impossibilidade de uma intervenção de fundo, a Câmara Municipal, em vários momentos, concretizou melhoramentos na referida Via, minorando as suas condições degradadas de circulação. O histórico da VIM e o seu presente foram sempre uma elevada preocupação da gestão municipal e, ao votar esta proposta, expressamos o nosso desejo para que a sua requalificação no troço pertencente a Guimarães, e ao longo de



todo o seu traçado, venha a contribuir para melhores condições para o Vale do Ave se afirmar como região de crescimento económico, com mais e melhor emprego, qualificando as condições de vida de tão importante área como é o Sudoeste concelhio.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A questão da Via Intermunicipal (designada abreviadamente como “VIM”), tem infelizmente ocupado a última década da política vimaranense. Tendo sempre, invariavelmente, a oposição do lado da reivindicação da urgência de uma intervenção naquela importante via que atravessa 4 concelhos, e o poder socialista teimosamente a atirar com argumentos vários e diversos para justificar a sua recusa em intervir naquela via. No entanto, a verdade é que nos últimos 5 anos a VIM ceifou 12 vidas. Os vereadores do PSD sempre se colocaram ao lado daqueles que reivindicavam a urgência desta intervenção. Com intervenções políticas, com moções, com requerimentos e mesmo com o agendamento de pontos para a ordem de trabalhos das reuniões de Câmara. Sempre reprovadas com os votos contra dos vereadores do PS. Até na Assembleia Municipal, onde participaram neste voto contra alguns autarcas, como os representantes das freguesias de Lordelo e Guardizela, em duas ocasiões. Numa altura em que a Câmara de Guimarães decide fazer finalmente aquele que é o seu dever, não podemos deixar de registar as iniciativas políticas que estes vereadores e os que lhes antecederam tiveram sobre esta matéria. Reportando-nos apenas a um passado recente para que não seja fastidioso: **26.06.2012** – moção apresentada na Assembleia Municipal (**anexo**), reprovada com os votos contra de todos os deputados do Partido Socialista,

onde se incluíam os representantes das freguesias de Lordelo e Guardizela; **06.09.2012** – intervenção do vereador André Coelho Lima em reunião de Câmara Municipal (anexo); **04.10.2012** – proposta agendada para reunião de Câmara de Guimarães com o título “Intervenção urgente na Via Intermunicipal, mediante colocação de balizas refletoras, no troço que percorre território pertencente ao concelho de Guimarães”; reprovada com os votos contra de todos os vereadores do Partido Socialista; **29.10.2012** – conferência de imprensa do PSD em plena VIM; **14.03.2013** – moção apresentada na Assembleia Municipal (anexo); reprovada com os votos contra de todos os deputados do Partido Socialista, onde se incluíam os representantes das freguesias de Lordelo e Guardizela; **Todos os anexos bem como parte da sua repercussão noticiosa fazem parte integrante desta declaração de voto.* Aquilo de que hoje se trata é, afinal, de pelos vistos ser possível o que até aqui era impossível. Era impossível porque custava € 30 milhões segundo dizia o Presidente de Câmara António Magalhães. Era impossível porque a via pertencia à AMAVE. Era impossível porque não sendo a intervenção assegurada pela AMAVE deveria sê-lo pelas Estradas de Portugal. E a verdade é que o tempo passava, os acidentes iam acontecendo e todas essas impossibilidades impediam que algo se fizesse. Foi precisamente isso que motivou a proposta que os vereadores do PSD apresentaram em 04.10.2012. Uma proposta minimalista, mas que procura ir de encontro à alegada pouca disponibilidade financeira da autarquia. Como que num passo de mágica tudo o que era impossível é agora possível. Por isso se impõe a pergunta: se afinal era possível, como sempre afirmamos, porque demorou tanto tempo? Tendo naturalmente que se lamentar que tenha demorado tanto tempo e tanta teimosia política para que o poder



executivo decidisse fazer enfim a intervenção que há tanto se reclamava e que há tanto tempo era urgente. Não podemos deixar de concluir sem uma mensagem de enorme satisfação por ver esta obra finalmente ser uma realidade. Por se fazer finalmente justiça à população de Serzedelo, Guardizela e Lordelo. Por se tomar finalmente, após tantos anos de reivindicação, uma decisão que visa solucionar aquele que é manifestamente o maior perigo rodoviário do concelho de Guimarães.” Os documentos anexos a esta declaração de voto dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

OBRAS PÚBLICAS - REPERFILAMENTO E BENEFICIAÇÃO DA RUA DE S. TORCATO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA GIRATÓRIA NA VOLTA DO PEDROSO – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO

- Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Empreitadas: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Reperfilamento e beneficiação da rua de S. Torcato e implantação de placa giratória da volta do pedroso - Azurém, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €1.164.412,83 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.66 do Plano Plurianual de Investimentos de 2015. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do

procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €1.164.412,83 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 150 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de requalificação da entrada nascente da cidade a partir da Vila de S. Torcato com acesso ao Castelo da Fundação e Universidade do Minho, pelas seguintes razões: O acesso que será requalificado constitui uma das principais entradas da cidade, atravessa grande parte de uma das nossas principais freguesias – Azurém -, serve uma das nossas



mais visitadas atrações turísticas, como é o Castelo e o seu parque circundante. Trata-se de uma intervenção na rede viária da responsabilidade do Município, que nos compete requalificar, sempre que necessário, a exemplo de anteriores requalificações em entradas da cidade e nas ligações às vilas. O argumento aduzido na discussão da proposta que o mesmo procedimento deverá ser utilizado na EN 101, via de acesso à Vila das Taipas, não colhe, dado que essa via é propriedade da empresa “Estradas de Portugal”, pelo que não é nosso dever, nem é possível, o procedimento defendido, nem tem qualquer pertinência a sua referência na proposta agora votada.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores do PSD/CDS votam favoravelmente a presente proposta para o concurso da obra de *“Reperfilamento e beneficiação da rua de S. Torcato e implantação da placa giratória da volta do Pedroso”* pelas seguintes razões: 1 - Porque se trata de conferir funcionalidade e dignidade a uma das entradas da cidade; 2 - Porque vai ao encontro de um antigo anseio de uma parte significativa da população vimaranense que já há muito tem manifestado o desejo desta obra; 3 - Porque contribui para melhorar o urbanismo da nossa terra caracterizado por uma acentuada dispersão urbana, assim como constitui também um primeiro passo no sentido de assegurar uma boa ligação das vilas à cidade. Acresce a todas estas razões o facto de se tratar da materialização de um conceito onde estão presentes uma série de importantes aspetos que merecem ser realçados tais como: Aproveitamento de uma via já existente sobre a qual se apoiam várias habitações, equipamentos e urbanizações, requalificando-a; Solução económica e ambientalmente bem conseguida; Melhoria

da qualidade de imagem da nossa terra, importante não só para cativar investimento como para fixar população; Melhoria da ligação de uma das vilas do nosso concelho, sede da região do Vale de S. Torcato à cidade. Todos estes aspetos, característicos e presentes no conceito desta intervenção estão também presentes no projeto que o grupo de vereação do PSD/CDS defende para a requalificação da Estrada 101, no seu troço de ligação da cidade à Vila das Taipas. Por todas estas razões absolutamente, votamos favoravelmente esta proposta.” -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2014 – PRIMEIRO ADITAMENTO

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Infantas, para a execução das obras de adaptação do edifício da antiga escola primária para Centro de Convívio, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €17.000,00. A Presidente da Junta da Freguesia informou não ser possível concluir no presente ano as obras acima mencionados, pelo que solicita a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2015. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 11 de agosto de 2014, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2015, pelo que o contrato terminará em 31 de



dezembro de 2015, bem como a transferência da correspondente verba para 2015.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2014 – PRIMEIRO ADITAMENTO

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Infantas, para a aquisição de mobiliário para o Centro de Convívio e máquinas de ginástica para a área envolvente, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €2.536,36. A Presidente da Junta de Freguesia informou não ser possível executar no presente ano as obras acima mencionados, pelo que solicita a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2015. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 11 de agosto de 2014, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2015, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2015, bem como a transferência da correspondente verba para 2015.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PINHEIRO - ALTERAÇÃO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2014 – PRIMEIRO ADITAMENTO

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara

Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Pinheiro, para a execução de obras no edifício do Centro Desportivo e construção de infraestruturas de abastecimento de água, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €8.855,87. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ser possível executar no presente ano as obras acima mencionados, pelo que solicita a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2015. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 25 de setembro de 2014, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2015, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2015, bem como a transferência da correspondente verba para 2015.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOSCOLOS – DESPESA PLURIANUAL NO ÂMBITO DO PROTOSCOLO COM A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE – PROJETO AUTOESTIMA – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Em reunião de Câmara de 22 de Abril de 1999 foi deliberada a celebração de um protocolo com a Administração Regional de Saúde do Norte para assegurar o alargamento das atividades desenvolvidas pelo Projeto Autoestima que preconiza o apoio jurídico e de aconselhamento a pessoas do concelho de Guimarães que, pela sua prática de vida, necessitam de informação no âmbito das doenças sexualmente transmissíveis, em particular do VIH/SIDA. A 4 de agosto de 1999 foi celebrado o referido Protocolo de Acordo de Cooperação que, em conformidade com a sua Cláusula V,



compromete a Câmara Municipal de Guimarães, para além de prestar atendimento jurídico a mulheres em acompanhamento, a compartilhar nos custos com a formação dos técnicos envolvidos nas atividades desenvolvidas pelo projeto no valor solicitado. A comparticipação do Município cifrou-se, ao tempo, em 250.000\$00 (€1.246,99) anuais, mantendo-se até esta data o mesmo montante (cfr. nº 2, da cláusula V do Protocolo). De acordo com informações recolhidas junto da sua coordenadora, o Projeto Autoestima encontra-se em funcionamento, quer através da unidade móvel que circula duas vezes por semana na área geográfica do concelho de Guimarães e limítrofes, quer através da consulta multidisciplinar (médica ginecologista, enfermeira e assistente social) realizada semanalmente no Centro de Saúde, atestando assim a sua pertinência e continuidade. Aquando da entrada em vigor da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, aprovada pela Lei nº 8/2012, foi ponderado submeter o Protocolo à Assembleia Municipal, considerando que o mesmo implicava despesas plurianuais, conforme dispõe a alínea c) do nº 1 do art.º 6º. Contudo, foi posteriormente entendido que, numa perspetiva de se pretender alterar o valor constante da aludida cláusula V do Protocolo, seria mais conveniente submeter anualmente à Câmara Municipal a aprovação da verba a afetar ao ano a que respeita. Assim, constatando-se que a verba de €1.246,99 (mil duzentos e quarenta e seis euros e noventa e nove cêntimos) se revelou suficiente para o efeito, propõe-se a transferência deste montante para a Administração Regional de Saúde do Norte.” O Acordo de Cooperação dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – RATIFICAÇÃO DAS

AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE NOVEMBRO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 – Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de novembro que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, de acordo com mapa que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE PROJETOS DE MENOR VALOR E COMPLEXIDADE – Presente a seguinte informação do Chefe de

Divisão de Estudos e Projetos: **“1. Objeto:** Contratação de serviços referentes à realização da Revisão de Projetos de menor valor e complexidade até ao final de Dezembro de 2015. **2. Considerandos:** A informação técnica da Divisão de Estudos e Projetos, em anexo, que justifica a presente proposta de pedido de parecer prévio; A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar, requer conhecimentos e formação especializados e experiência em arquitetura; De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal



autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços referente à realização da Revisão de Projetos de menor valor e complexidade até ao final de Dezembro de 2015, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a realização da Revisão de Projetos de menor valor e complexidade até ao final de Dezembro de 2015; b) A despesa estima-se em €18.000,00 (dezoito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa só produzirá efeitos no orçamento do ano de 2015, pelo que será apenas solicitada a declaração para efeitos de adjudicação nos termos do nº 3 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um ajuste direto com consulta a três empresas nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 20.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; e) Finalmente, informa-se que caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, FISCALIZAÇÃO E APOIO TÉCNICO A PROJETOS E OBRAS NA ÁREA DE ELETROTECNIA

– **1. Objeto:** Contratação de serviços referentes à Consultoria, Fiscalização e Apoio Técnico a Projetos e Obras na área de Eletrotecnia, para o ano de 2015. **2. Considerandos:** A informação técnica do Departamento de Obras Municipais, em anexo, que justifica a presente proposta de pedido de parecer prévio; A execução das tarefas associadas aos serviços a

contratar, requer conhecimentos e formação especializados e experiência em engenharia eletrotécnica; De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:**

1. Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços referente à Consultoria, Fiscalização e Apoio Técnico a Projetos e Obras na área de Eletrotecnia, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços de Consultoria, Fiscalização e Apoio Técnico a Projetos e Obras na área de Eletrotecnia, até ao final de Dezembro de 2015; b) A despesa estima-se em €12.000,00 (doze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa só produzirá efeitos no orçamento do ano de 2015, pelo que será apenas solicitada a declaração para efeitos de adjudicação nos termos do nº 3 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um ajuste direto com consulta a três empresas nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 20.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; e) Finalmente, informa-se que caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.” **DELIBERADO APROVAR**



POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - REALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA A REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO JORDÃO E GARAGEM AVENIDA PARA ESCOLA DE MÚSICA, ARTES PERFORMATIVAS E VISUAIS – Presente a seguinte

informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projetos: “**1.**

Objeto: Contratação de serviços referentes à realização dos projetos de arquitetura e especialidades para a reabilitação do Edifício Jordão e Garagem Avenida para Escola de Música, Artes Performativas e Visuais. **2. Considerandos:** A informação técnica da Divisão de Estudos e Projetos, em anexo, que justifica a presente proposta de pedido de parecer prévio; A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar, requer conhecimentos e formação especializados e experiência em arquitetura, paisagismo, engenharia civil, engenharia mecânica, engenharia eletrotécnica e acústica; De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços referente à realização dos projetos de arquitetura e especialidades para a reabilitação do Edifício Jordão e Garagem Avenida para Escola de Música, Artes Performativas e Visuais, considerando os

seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a dos projetos de arquitetura e especialidades para a reabilitação do Edifício Jordão e Garagem Avenida para Escola de Música, Artes Performativas e Visuais; b) A despesa estima-se em 391.780,00€ (trezentos e noventa e um mil e setecentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa só produzirá efeitos no orçamento do ano de 2015, pelo que será apenas solicitada a declaração para efeitos de adjudicação nos termos do nº 3 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um ajuste direto com consulta a três empresas nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; e) Finalmente, informa-se que caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.”

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor do pedido de parecer prévio para a aquisição de serviços com vista à elaboração dos projetos de arquitetura e especialidades para a edificação da Escola de Música, Escola Superior de Artes Performativas, e Escola Superior de Artes Visuais, que serão instaladas nos antigos



edifícios do Teatro Jordão e Garagem Avenida, reabilitados para esse fim, pelas seguintes razões: A Câmara Municipal deliberou em sessão anterior revogar o contrato para a elaboração do projeto de reabilitação e reconversão funcional do antigo Teatro Jordão, nomeadamente, face a alterações que teriam de ser introduzidas num novo projeto, dado pretender-se que este abrangesse o conjunto dos edifícios do Teatro e da posteriormente adquirida Garagem Avenida. Na deliberação então votada ficou definido que o novo procedimento concursal teria como objetivo a conclusão da edificação do Campus de Couros instalando um requalificado bairro artístico e patrimonial com integração, através de ligações pedonais, do Centro Cultural Vila Flor, e possibilitando uma reabilitação da Avenida Afonso Henriques onde se localizam as fachadas principais dos dois imóveis: Teatro Jordão e Garagem Avenida. Na declaração de voto que então apresentamos, clarificamos que o programa a instalar no antigo edifício do Teatro Jordão teria de considerar a importância do património alvo da intervenção, garantindo o essencial da arquitetura interior daquela antiga sala de espetáculos, e contemplar a nova função de escola, quer superior, quer dos níveis básico e secundário. A elaboração do projeto pretendido requer conhecimentos e formação especializada em várias áreas disciplinares que exigem a contratação fora do quadro de pessoal do Município. Pretende-se que essa elaboração considere e aproveite os trabalhos já realizados no âmbito do primeiro projeto de reabilitação elaborado, pelo que são destituídas de fundamento as alegações expressas na discussão deste ponto na reunião que votou a decisão objeto desta declaração, onde se pretendeu acusar haver verbas pagas ao anterior projetista que não serão aproveitadas. Refutamos tais alegações, dado que o trabalho anteriormente

elaborado será disponibilizado ao projetista a quem vier a ser adjudicado o novo projeto para o seu aproveitamento. Igualmente, refutamos o argumento também apresentado na mesma reunião que haveria indefinições quanto ao programa funcional que se pretende concretizar, dado que a deliberação votada é totalmente esclarecedora quanto às funções de escola que serão instaladas nos edifícios a reabilitar, à negação da continuação da sua função como sala de espetáculos que anteriormente teve, e quanto à sua preservação como espaço de formação com auditório e palco. É, por todas estas razões, nossa profunda convicção que a deliberação agora votada criará todas as condições para a instalação de um equipamento de grande importância para a reabilitação patrimonial de Guimarães e para o funcionamento de Escolas que muito enriquecerão o Campo de Couros da Universidade do Minho e a presença universitária na nossa cidade. Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na reunião de Câmara do passado dia 10 de Julho foi aprovado com a abstenção dos Vereadores da coligação PSD/CDS-PP a revogação do contrato anteriormente celebrado com a empresa “Miguel Guedes Arquiteto, Lda.” para o projeto de reabilitação do teatro Jordão. A rescisão desse contrato implicou uma indemnização de 59.998 euros. As explicações apresentadas foram: - *a Câmara Municipal chegou ao termo das negociações com os proprietários da Garagem Avenida, cuja aquisição já está concretizada.* - *Contíguo ao Teatro Jordão, o edifício designado como Garagem Avenida foi adquirido com a intenção de formar um conjunto funcional com o Teatro Jordão, assim permitindo a instalação de outros serviços e funcionalidades e a reconfiguração global da solução entretanto preconizada para o Teatro.* - a



Garagem Avenida acrescenta 1.364,00 m² de área de construção aos 6.022 m² disponíveis no Teatro Jordão, implicando assim um aumento de 22,6% na área de intervenção objeto do referido contrato; - a disponibilidade deste novo espaço permitirá acrescentar outras valências às duas valências identificadas no referido concurso público; - a disponibilidade deste novo espaço poderá igualmente permitir, senão mesmo aconselhar, uma reconfiguração global do projeto, através de um novo alocamento da área disponível às funções a instalar. - o objeto do contrato inicial foi substancialmente alterado; - como forma de assegurar a coerência global do projeto e a sua total adequação às funções a integrar nos edifícios, seria de todo em todo aconselhável proceder-se à elaboração de um novo projeto que considerasse toda a área agora disponível e as novas valências a identificar. Tal decisão, objetivamente, implicou um custo direto para o Município de aproximadamente 90 mil euros mais IVA, uma vez que, além da indemnização, há que somar os 30 mil euros anteriormente pagos, que para nada serviram. A indefinição do programa funcional que desde a aquisição do teatro Jordão é evidente, resultou neste custo para os cofres do Município, que devia e podia ter sido evitado. É agora apresentado a este executivo uma proposta de pedido de parecer prévio para contratação de serviços para a realização dos projetos de arquitetura e especialidades para a reabilitação do Teatro Jordão e garagem Avenida para escola de música, artes performativas e visuais, com um custo estimado de 391.780 euros. Contudo o programa funcional não se encontra definido, subsistindo dúvidas por exemplo em saber se a sala de espetáculos do teatro Jordão se pretende manter ou não. Se não se pretende alterar substancialmente o programa funcional que anteriormente estava definido, nomeada e concretamente no

sentido de manter a sala de espetáculos, então não se entende a decisão de rescisão do contrato anteriormente definido. Sabemos que se pretende criar um espaço para bandas de garagem, criar condições para a instalação da Academia Valentim Moreira de Sá e do curso de Artes performativas da Universidade do Minho, mas subsiste a dúvida central sobre a sala de espetáculos, memória central desse equipamento. Por estas razões os Vereadores eleitos pela Coligação juntos por Guimarães abstêm-se nesta votação." --

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - REISADAS 2015: CACHET DE GRUPOS MUSICAIS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Cultura e Turismo: "**Objeto:** Atividade das Reisadas – cantar dos Reis, a ter lugar no dia 10 de Janeiro, nas ruas e praças da cidade, a cargo de grupos musicais do Concelho de Guimarães.

Considerandos: A execução da atividade requer a participação de grupos de música popular com reportório afeto à temática das Reisadas, sendo os seguintes: Grupo Folclórico da Casa do Povo de Creixomil; Grupo Folclórico de Vila Nova das Infantas; Bombeiros Conjunto Música Portuguesa; Grupo de Concertinas – Sons da Ponte; Ascrep – Associação Cultural e Recreativa do Pombal; Grupo Folclórico do Centro Social de Vila Nova de Sande; Grupo de Cantares de Nespereira; Rancho Folclórico e Recreativo Cadoso S. Martinho; Rusga S. Miguel de Gonça e Grupo Folclórico da Corredoura. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos nºs 4 e 10 do art.º 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LEO 2013), a Câmara Municipal autorize a celebração dos contratos de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do



contrato é aquisição de serviços de grupos musicais para atuações no dia 10 de Janeiro; b) A despesa anual total cifra-se em três mil euros (10 X €300,00); c) O procedimento deve ser através de ajuste direto simplificado ao abrigo nº 1 art.º 128º do CCP; d) A despesa a esta contratação de serviços só será cabimentada em Janeiro de 2015, na rubrica orçamental 2.5.1.1901., no valor total de três mil euros (€3.000). e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contrapartes e ex-colaboradores de órgãos ou serviço, bom como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Esta aquisição de serviços não está sujeita a redução remuneratória prevista na alínea a) do nº 1 do art.º 27.º da Lei n.º 66-B/2012, DE 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013).

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CASA DA MEMÓRIA - PROJETO DE GUIÕES EXPOSITIVOS

– Presente a seguinte informação do Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços para a conceção do projeto de guiões expositivos da Casa da Memória. **2. Considerandos:** A contratação dos serviços mencionados revela-se imprescindível à implementação do projeto da Casa da Memória, uma vez que consiste na elaboração do respetivo projeto de guiões expositivos, incluindo estudo, investigação, identificação de documentação em diversas áreas temáticas e consequente edição para apresentação em contexto de exposição; Não foi solicitada informação à Divisão de Recursos Humanos, uma vez que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos, formação especializada e experiência em

curadoria, investigação e gestão de projetos, não se enquadrando, por isso, em qualquer situação passível de recurso ao quadro de pessoal, a recrutamento ou a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços para a conceção do projeto de guiões expositivos da Casa da Memória. b) A despesa estima-se em 50.000,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, não havendo lugar, nos termos legais, à redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.5.1.22, correspondente ao ano de 2014. d) A despesa só produzirá efeitos no orçamento do ano de 2015, pelo que será apenas solicitada a declaração para efeitos de adjudicação nos termos do nº 3 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho; e) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, consultando-se as seguintes entidades: - Cabincrew, unipessoal - NIF: 509994334 - Rua de Sagres 173 - 4150-649 Porto; - GravityBubbles Associação - NIF 590288189 - R. Amorim Rosa 41 3º esq - 2300-451 Tomar; - PLANO 21 Associação Cultural - NIF: 506395294 - Rua de Moçambique n.30 - 1º dto, 1170-245 Lisboa. f) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau



da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. g) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor das propostas que mereceram os números dezasseis e dezassete da Ordem de Trabalhos pelas seguintes razões: Para além da sustentação constante das propostas, do que se trata é de assegurar a contratação de serviços imprescindíveis à implantação do projeto que representa a Casa da Memória, de acordo com o que é reclamado pelas especificidades dos saberes em causa. As empresas consultadas apresentam provas dadas na área relativa a esta atividade e todo este processo de contratação é do conhecimento da Sociedade Martins Sarmento, entidade que tem, aliás, mantido todo o envolvimento com o Município e que é conhecedora do relatório entretanto elaborado que antecedeu esta contratação. Não há, por isso, qualquer desatenção face a esta instituição, como se ouviu, erradamente, na reunião do executivo municipal. Para se chegar a esta proposta, foram ouvidas as entidades parceiras que era suposto ouvir, não existindo omissões quanto às diligências a realizar pelo que votamos a favor da proposta.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os

vereadores da Coligação “Juntos por Guimarães” abstêm-se nesta proposta de pedido de parecer prévio com vista à aquisição de serviços para projeto de Guiões Expositivos da Casa da Memória, uma vez que, se por um lado compreendemos a necessidade de contratar o serviço proposto, por outro continuam a existir muitas dúvidas sobre a orientação do projeto e em particular sobre o papel da Sociedade Martins Sarmento no mesmo, instituição de referência no concelho e entendida numa primeira fase como parceiro âncora e estratégico deste projeto. Não compreendemos ainda que na proposta de entidades a consultar para apresentação de propostas não conste nenhuma entidade de Guimarães nomeadamente a própria SMS, a Associação Muralha ou a própria Universidade do Minho.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CASA DA MEMÓRIA - PROJETO DE LAYOUT EXPOSITIVO

– Presente a seguinte informação do Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços para a conceção do projeto de layout expositivo da Casa da Memória. **2. Considerandos:** A contratação dos serviços mencionados revela-se imprescindível à implementação do projeto da Casa da Memória, uma vez que consiste na elaboração do respetivo projeto de layout expositivo, incluindo desenho de suportes expositivos originais e seleção de equipamento complementar, bem como o design gráfico físico e digital de conteúdos da exposição; Não foi solicitada informação à Divisão de Recursos Humanos, uma vez que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos, formação especializada e experiência em curadoria e design, bem como todo o equipamento indispensável à sua produção não se enquadrando, por isso, em qualquer situação



passível de recurso ao quadro de pessoal, a recrutamento ou a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços para a conceção do projeto de layout expositivo da Casa da Memória. b) A despesa estima-se em 40.000,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, não havendo lugar, nos termos legais, à redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.5.1.22, correspondente ao ano de 2014. d) A despesa só produzirá efeitos no orçamento do ano de 2015, pelo que será apenas solicitada a declaração para efeitos de adjudicação nos termos do nº 3 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho; e) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, contratando-se a entidade Studio Andrew Howard, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 24º do Código dos Contratos Públicos, atendendo à especificidade temática e ao carácter eminentemente artístico do objeto do contrato. f) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. g) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.” **DELIBERADO**

APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor das propostas que mereceram os números dezasseis e dezassete da Ordem de Trabalhos pelas seguintes razões: Para além da sustentação constante das propostas, do que se trata é de assegurar a contratação de serviços imprescindíveis à implantação do projeto que representa a Casa da Memória, de acordo com o que é reclamado pelas especificidades dos saberes em causa. As empresas consultadas apresentam provas dadas na área relativa a esta atividade e todo este processo de contratação é do conhecimento da Sociedade Martins Sarmento, entidade que tem, aliás, mantido todo o envolvimento com o Município e que é conhecedora do relatório entretanto elaborado que antecedeu esta contratação. Não há, por isso, qualquer desatenção face a esta instituição, como se ouviu, erradamente, na reunião do executivo municipal. Para se chegar a esta proposta, foram ouvidas as entidades parceiras que era suposto ouvir, não existindo omissões quanto às diligências a realizar pelo que votamos a favor da proposta." -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores da Coligação "Juntos por Guimarães" abstêm-se nesta proposta de pedido de parecer prévio com vista à aquisição de serviços para projeto de Guiões Expositivos da Casa da Memória,



uma vez que, se por um lado compreendemos a necessidade de contratar o serviço proposto, por outro continuam a existir muitas dúvidas sobre a orientação do projeto e em particular sobre o papel da Sociedade Martins Sarmento no mesmo, instituição de referência no concelho e entendida numa primeira fase como parceiro âncora e estratégico deste projeto. Não compreendemos ainda que na proposta de entidades a consultar para apresentação de propostas não conste nenhuma entidade de Guimarães nomeadamente a própria SMS, a Associação Muralha ou a própria Universidade do Minho.” -----

PATRIMÓNIO - HASTA PÚBLICA PARA A CESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE LIVRARIA, BAR E RESTAURANTE/CAFETARIA - PAC –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “O Município de Guimarães é o proprietário dos equipamentos culturais sitos na denominada **Plataforma das Artes e da Criatividade – PAC**, equipamento cultural de importância relevante, cujo objetivo se prende com o desenvolvimento e consolidação da estratégia municipal de intervenção cultural, designadamente da continuidade da afirmação de Guimarães como cidade europeia de referência cultural após ter sido Capital Europeia da Cultura em 2012. Considerando que: A PAC é um projeto infraestrutural de transformação do antigo Mercado de Guimarães num espaço multifuncional, dedicado à atividade artística, cultural e económico-social alojando um conjunto de valências de que se destacam o Centro Internacional das Artes José de Guimarães, uma área de exposições temporárias, espaços polivalentes destinados a atividades complementares, apresentações e pequenos espetáculos e os **Ateliês Emergentes** de Apoio à Criatividade, espaços de trabalho vocacionados para

jovens criadores que, em diversas áreas de atividade, pretendam desenvolver projetos de caráter temporário; No logradouro da PAC existem espaços designados por Ateliês Emergentes e que atualmente se encontram desocupados; Em face do enquadramento cultural dos Ateliês Emergentes, torna-se imprescindível dar uma utilização a alguns daqueles espaços, de modo que constituam um polo de atração e dinamização da própria PAC; A utilização daqueles espaços constitui uma forma de otimizar a satisfação do interesse público, colocado a cargo do Município, através do uso de competências legalmente atribuídas; Nos termos da alínea g), do n.º 33, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal a oneração de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG; Assim, propõe-se a abertura de um procedimento de cessão da exploração, por um período de 10 anos, de três espaços dos **Ateliês Emergentes** para efeitos de instalação de uma **Livraria**, um **Bar** e um **Restaurante**, sendo que este último englobará ainda a **cafetaria** existente no interior da PAC. A cessão será efetuada em regime de hasta pública de forma a respeitar os princípios que orientam a atividade administrativa, dando cumprimento aos princípios da legalidade, concorrência, transparência, publicidade, igualdade e imparcialidade, preservando-se a harmonia e a coerência do sistema. Informa-se que os valores base de licitação para a hasta pública da cessão de exploração dos espaços foram determinados por perito externo da lista oficial. Desta forma, deixamos à consideração superior a decisão de submeter a deliberação de Câmara, a aprovação da hasta pública para a cessão da exploração de uma **LIVRARIA**, **BAR** e **RESTAURANTE/CAFETARIA**, nos termos dos Regulamentos em anexo.” Os referidos documentos dão-se aqui



por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE FOTOCOPIADOR - SERZEDO E CALVOS - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: "A União de Freguesias de Serzedo e Calvos vem solicitar a cedência do fotocopador antigo instalado na EB1 de Serzedo. De acordo com a informação da Divisão de Educação não há inconveniência na cedência do fotocopador Nashuatec DSM618 nº série J9146910010, uma vez que o estabelecimento de ensino supramencionado dispõe de um novo fotocopador e o anterior equipamento poderá constituir uma mais valia para o desenvolvimento da atividade daquela União de Freguesias. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação àquela entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de € 300,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Fotocopador Nashuatec DSM618 nº série J9146910010	€ 300,00	€ 300,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
ENTIDADES PARTICIPADAS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA PARA O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, DA TITULARIDADE DOS EMPRÉSTIMOS CONTRATADOS PELA "AVEPARK- PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, S.A., E.M", JUNTO DO NOVO BANCO, S.A. (ANTES, BANCO ESPÍRITO SANTO, SA) E DO MILLENNIUM BCP, SA - Presente uma proposta de deliberação sobre a

transferência para o Município de Guimarães, da titularidade dos empréstimos contratados pela “Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia, SA, EM”, junto do Novo banco, SA (antes, Banco Espírito Santa, SA) e do Millennium BCP, SA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO MINHO – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO CONSELHO EXECUTIVO

– Presente a seguinte proposta: “No passado dia 3 de dezembro reuniu a Assembleia Geral da Associação de Municípios do Minho, onde constava na ordem de trabalhos a eleição dos novos corpos sociais. Para o efeito, foi apresentada apenas uma lista que, após submetida a votação, foi aprovada, determinando a seguinte composição dos novos órgãos sociais: **Assembleia Geral:** Presidente – Município de Braga; Vice-Presidente - Município de Vila Verde; Secretário - Município de Amares. **Conselho Executivo:** Presidente - Município de Guimarães; Vice-Presidente - Município de Vieira do Minho; Vice-Presidente - Município de Terras de Bouro. **Conselho Fiscal:** Presidente – Município de Barcelos; Vogal - Município de Póvoa de Lanhoso; Vogal - Município de Vizela. Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a designação de **Amadeu Artur Matos Portilha**, Vereador desta Câmara Municipal, como representante do Município de Guimarães no **Conselho Executivo da Associação de Municípios do Minho.” DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR**, com seis votos a favor e quatro em branco. -----

**TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE**

LORDELO – Presente a seguinte proposta: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Lordelo, conforme postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa, tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**

MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Manuel Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de alteração ao trânsito na freguesia de Lordelo que propõe o estabelecimento de sentido único na Rua de S. João, em respeito à deliberação da assembleia daquela freguesia, pelas seguintes razões: A alegação expressa na reunião da referida assembleia de freguesia, que não na reunião da Câmara Municipal onde não se verificou qualquer intervenção, que haveria moradores da referida rua que não concordavam com a mesma alteração, não colheu provimento, dado que é à assembleia de freguesia que compete avaliar o interesse público das propostas e não a moradores que naturalmente privilegiam muitas vezes o seu interesse e comodidade particular. As razões invocadas pela assembleia de freguesia que está em causa a perigosidade de circulação de veículos e peões são suficientes para atender à pretensão

apresentada.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores PSD-CDS votam contra a alteração de trânsito proposta. Desde logo porque a proposta apresentada pela Junta de Freguesia, visa suprimir um sentido de circulação apenas num pequeno troço da via em causa, o que tem como implicação imediata que o percurso habitual dos moradores e utilizadores da rua aumente, apenas por força desta alteração, quase 2 kms. Ora, parece-nos inadmissível obrigar os moradores e utilizadores da artéria em causa a ter que percorrer quase 2 kms para percorrer um caminho que na configuração atual conseguem percorrer em apenas 200 mts. Além do que vai referido, na artéria em causa (que sempre teve dois sentidos) propõe-se alterar para sentido único precisamente a parte mais larga de toda a rua. A Junta de Freguesia fundamenta com o perigo nesta rua, no entanto, não constam dos documentos disponibilizados quaisquer dados ou informações concretas nesse sentido. E em suma não percebemos as razões para alteração de trânsito, quando os próprios moradores nunca reivindicaram tal alteração, antes pelo contrário, manifestam-se até contrários ao pretendido pela Junta de Freguesia. Aliás, é do nosso conhecimento a circulação de um abaixo-assinado na vila de Lordelo, promovido precisamente pelos moradores da artéria em questão, devido ao transtorno que esta alteração causa no seu quotidiano, o que naturalmente deve merecer a nossa atenção e reflexão. As alterações de trânsito são, as mais das vezes, consensuais no seio da população a que as mesmas se dirigem e unânimes nos patamares políticos. Ora se estamos perante uma proposta de alteração da Junta de Freguesia de Lordelo que não obteve unanimidade na Assembleia de



Freguesia e que está a mobilizar a população contra a mesma, parece-nos que isto deveria exigir dos responsáveis políticos a necessária humildade para ponderar rever a sua posição. Tal não se verificando, bem pelo contrário, parecendo haver lugar a uma quase teimosia na aprovação de uma alteração de trânsito que não colhe simpatias para além do poder instituído, não podemos naturalmente concordar ou viabilizar com tal comportamento, pelo que votamos contra a alteração de trânsito proposta pela Junta de Freguesia de Lordelo.” -----

TRÂNSITO - CRIAÇÃO DE ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA NA RUA FRANCISCO AGRA – Presente a

seguinte informação dos Serviços da Divisão de Trânsito e Espaço Público: “A criação de zonas de estacionamento de duração limitada é uma competência dos municípios e tem-se revelado essencial para a regulação de estacionamento e ocupação de veículos nos centros das cidades. Mais do que uma simples organização do estacionamento, estas zonas são um instrumento de regulação, permitindo a rotatividade em zonas de comércio e por outro lado uma proteção a moradores, permitindo aliviar a pressão de zonas habitadas. Assim, considerando: a elevada procura de estacionamento que recai sobre a Rua Francisco Agra. a prática de estacionamento abusivo que importa regular e ordenar. a necessidade de adequar a utilização do estacionamento disponível, garantindo a rotatividade do mesmo por pequenos períodos de tempo. Submete-se à consideração superior a criação de uma zona de estacionamento de duração limitada na Francisco Agra, entre o entroncamento com a Travessa dos Bimbais e a Travessa do Picoto, incluindo o logradouro desta, melhor identificada na planta anexa, com limite máximo horário de 2 horas e taxa prevista na Tabelas de Taxas e Outras Licenças

Municipais para os locais de menor procura.” A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AMBIENTE - DOCUMENTO ESTRATÉGICO DE SUPORTE À CANDIDATURA DE GUIMARÃES A CAPITAL VERDE EUROPEIA – Presente a seguinte proposta: “Tendo em conta o

documento em anexo, propõe-se que o Executivo Municipal aprove este documento como a estratégia definida pelo Município de Guimarães para a apresentação, em 2017, da sua candidatura a Capital Verde Europeia.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DO PLANO ANUAL DE FEIRAS DO CONCELHO DE GUIMARÃES – Presente

a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 18º do Decreto-lei n.º 27/2013 de 12 de abril, às autarquias devem aprovar e publicar, até ao início de cada ano civil, o plano anual de feiras e locais, públicos ou privados, autorizados a acolher estes eventos. Assim, proponho que a Câmara Municipal aprove o Plano Anual de Feiras do Concelho de Guimarães, conforme documento que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta.” O Plano Anual de Feiras do Concelho de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DE GUIMARÃES - EXECUÇÃO DE PINTURA DAS PAREDES EXTERIORES DO EDIFÍCIO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO – RATIFICAÇÃO – Presente a seguinte proposta:

“A ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DE



GUIMARÃES solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução da pintura das paredes exteriores do edifício da sua sede, em Azurém. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se um investimento total de 4.664,85€, sendo que 2.466,85€ (IVA incluído) são referentes aos materiais a aplicar (pré-requisição nº 16164/14) e o restante correspondente à mão de obra, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à ratificação do executivo camarário o apoio daquela obra, assumindo a realização da mesma pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €4.664,85. O presente apoio é proposto ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento Municipal n.º 607/2010 de 15 de Julho.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – COOPERATIVA A OFICINA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “Considerando: - Que, em 21 de outubro último, foi celebrado um contrato com a Cooperativa Oficina tendo por objeto a cedência, em regime de comodato, das áreas destinadas à promoção de eventos culturais existentes no Centro Cultural Vila Flor e na Plataforma das Artes e Criatividade; - Que, pelo referido contrato, a Oficina se comprometeu a assegurar a calendarização e programação da utilização e funcionamento daqueles espaços, bem como a contratação e pagamento do pessoal necessário a tais utilização e

funcionamento; - Que, neste contexto, a Cooperativa Oficina submeteu uma candidatura no âmbito do RMECARH com vista à obtenção de comparticipação para a programação realizada nos meses de outubro e novembro de 2014; - Que, da análise da candidatura, resulta uma avaliação muito positiva, conforme informação técnica anexa, que refere, designadamente, que o programa artístico proposto assenta em critérios de qualidade, diversidade, contemporaneidade e formação e permite concretizar uma programação multidisciplinar e multicultural cuja qualidade, diversidade e regularidade contribuem para cimentar uma forte identidade local, regional e nacional; - Que a aposta na consolidação de uma agenda cultural diversificada, regular e multidisciplinar constitui uma prioridade política do Município que vem justificando a atribuição de montantes muito significativos de financiamento a diversas entidades sedeadas no concelho. Proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios a Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias, que a Câmara Municipal delibere atribuir à Cooperativa Oficina, registada no RMECARH sob o nº 503190985, um subsídio de €345.000,00 destinado a cofinanciar a programação por esta desenvolvida nos meses de outubro e novembro de 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Manuel Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----
O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de



atribuição de um subsídio de 345000€ à Cooperativa “Oficina” para apoio ao desenvolvimento das suas atividades dos meses de outubro e novembro de 2014, em consonância e complemento da deliberação votada na reunião do passado dia 21 de outubro, que estabeleceu a cedência em regime de comodato das instalações de vários equipamentos de propriedade municipal para essas atividades. Esta deliberação, consequência da entrada em vigor da Lei nº 50/2012, que impede o prosseguimento da atividade das Cooperativas municipais nos moldes em que sempre se desenvolveu nos últimos vinte anos com sucesso, constituindo exemplo para outros Municípios do País, visou encontrar uma solução legal que permitisse a concretização da política cultural do Município e a defesa dos postos de trabalho dos trabalhadores da “Oficina”. Foram estudadas várias outras alternativas e nenhuma outra era exequível. Na discussão ocorrida nos diferentes órgãos do Município, nunca foi apresentada qualquer outra solução que permitisse prosseguir com a atividade cultural na forma como ela se desenvolveu e marcou Guimarães nos últimos anos. As atividades desenvolvidas pela “Oficina” correspondem à concretização dos principais objetivos da política cultural do Município, constante do plano aprovado, e nunca poderiam ser executadas sem os apoios, agora, votados. A programação constante da proposta, desenvolvida no Centro Cultural Vila Flor, Centro de Criação de Candoso, e Centro Internacional de Artes José de Guimarães, exposições, espetáculos, onde avulta o Guimarães Jazz, e o serviço educativo prestado, justifica plenamente a proposta votada. A oposição que tem sido, ao longo de vários anos, manifestada à atividade das Cooperativas onde o Município tem uma grande maioria de capital, e que mais uma vez se expressou relativamente à proposta votada, se tivesse

provimento, teria como consequência o encerramento das cooperativas, por deixar de ser possível pagar os salários dos seus funcionários, e a destruição de uma atividade cultural, entre outras, que é uma das mais fortes marcas de Guimarães, como foi claramente demonstrado na realização da CEC 2012. Essa oposição, sem a apresentação de qualquer alternativa exequível não pode, por isso, ser minimamente considerada. Ela é apenas uma forma de branquear as consequências nefastas para o poder local que resultaram da lei nº 50/2012, e não só em Guimarães.---

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**:

"Esta temática, como a temos designado e como o têm igualmente reconhecido os responsáveis socialistas da Câmara Municipal, é o maior problema que esta Câmara tem para resolver. Mas que seja claro, problema causada apenas por ela própria. Problema que existe hoje porque a Câmara de Guimarães quis, ao longo dos anos e dos sucessivos Governos, manter um sistema que na realidade representava uma fuga ao regime instituído para o setor empresarial local. A lei permitiu, a dada altura, que os municípios pudessem deter extensões materiais da sua atividade, mas despidas das limitações que impõe o contrato de trabalho da função pública, isto é, permitiu-se aos municípios deter verdadeiras empresas, cujos trabalhadores estavam sujeito ao regime do contrato individual de trabalho, e não ao regime em vigor para a função pública, permitindo-se assim maior elasticidade e eficiência na gestão de determinados pelouros a cargo do ente público autárquico, de nível municipal. No entanto, em Guimarães, não satisfeitos com esta permissividade legal, a gestão socialista da Câmara de Guimarães resolveu ir ainda mais longe. Desta forma, ao invés de deter empresas municipais,



sujeitas ao respetivo regime legal, resolveu atuar politicamente nas áreas para as quais disponibiliza maiores índices de investimento, por serem as suas áreas centrais de atuação de acordo com a sua opção política (cultura, desporto e ação social), resolveu atuar dizíamos com recurso à figura das cooperativas. No entanto, cooperativas fictícias no que respeita à dimensão ideológica do cooperativismo pois que nelas detém o Município de Guimarães percentagens de participação sempre superiores a 90%: são as régie-cooperativas. Contra isto sempre se manifestaram os partidos dos vereadores subscritores, desde a primeira hora. Designadamente e nas reuniões de Câmara Municipal, o PSD sempre se manifestou contra – e de forma ruidosa – esta atuação que não representava mais do que uma fuga às regras instituídas. Aliás, esta conclusão quanto à intencionalidade da fuga às regras não é da nossa lavra, é resultante de um modo manifesto de “ações de formação” realizadas por aquele que era na altura um vereador municipal, hoje Vice-Presidente da atual Câmara Municipal, Amadeu Portilha, que em palestras por esse País defendia as virtualidades deste regime que permitia às autarquias andarem à margem do sistema pensado e definido pela Lei para o setor empresarial local. A verdade é que esta opção da Câmara Municipal acabou por a trazer para o ponto em que inevitavelmente cai quem procura viver à margem das regras instituídas, que é a de ficar “enredada na própria teia”. A Lei 50/2012 veio a impedir a transferência de montantes financeiros, mediante protocolo, para entidade que não fossem Empresas Municipais. Mas a Câmara de Guimarães cuidando-lhe aplicar-se-lhe um diferente regime legal, continuou alegremente a manter em vigor os referidos protocolos, que naturalmente, vieram a ser chumbados pelo Tribunal de Contas.

Logo se seguiu a habitual vitimização de que a culpa seria do Tribunal de Contas, depois não era do Tribunal de Contas porque este se limitava a aplicar a Lei, era então do Governo que a havia criado. A culpa, claro está, nunca foi de quem tentou sempre viver à margem das regras instituídas, era do Governo. No momento seguinte, mantendo a estratégia de abdicar de procurar uma adaptação ao regime em vigor no País de que este município faz também parte, até porque lhe deu origem, a Câmara ensaia a interpretação do Tribunal de Contas de que as cooperativas, ainda que régie-cooperativas, são entidades equiparáveis a associações privadas (porque têm outros cooperantes privados, ainda que minoritários), pelo que estas prestações de serviços o deveriam ser através do regime previsto para a contratação público, o que, atentos os valores em consideração, teria que assumir a figura do concurso público. A Câmara de Guimarães avança então para o concurso público desta atividade: serviços sociais, culturais e desportivos. Dá início ao procedimento concursal, numa votação que contou com a participação de todos os vereadores, que inclusive subscreveram uma declaração de voto. Onde se incluíam os vereadores das respetivas pastas – social, cultural e desportiva – que acumulavam funções com a de Presidentes das respetivas cooperativas. Mais tarde, quando – para grande surpresa! – as régie-cooperativas em causa vieram a sair vencedoras dos respetivos concursos públicos, das peças do procedimento constavam declarações sob compromisso de honra, destes três vereadores enquanto Presidentes das entidades a concurso, em como não tinham tido conhecimento prévio dos documentos do concurso. Imediatamente os vereadores aqui subscritores chamaram a atenção para esta ilegalidade manifesta, e solicitaram ao executivo socialista que anulasse o concurso público e desse



início a novo procedimento. Primeiro, estes nossos ouvidos ainda ouviram que tinha sido engano na elaboração da ata, mas depois, numa fase (apesar de tudo) de maior sensatez, tivemos como resposta a teimosia habitual: que confiavam no que estava feito e que confiavam que o Tribunal de Contas não deixaria de aprovar. O Tribunal de Contas veio, obviamente, a reprovar tal tentativa de fazer passar um procedimento concursal com ilegalidades manifestas. Aliás, foi até o Tribunal de Contas bastante tolerante e permissivo ao não ordenar a extração de certidões atenta a gravidade dos factos de que teve conhecimento objetivo e sobre os quais não quis refletir, para além da recusa de visto sobre que lhe competia apreciar. A Câmara de Guimarães encontra-se, assim, nesta situação, por não ter querido converter estas régie-cooperativas em empresas municipais, como podia nos termos da própria Lei 50/2012. O que não fez de forma obviamente intencional, para que se lhe não aplicassem as regras que neste País um Governo em legitimidade de funções entendeu fazer aplicar a todo o setor empresarial local. A Câmara de Guimarães, sempre mais inteligente e avisada, quis manter o seu regime paralelo, quis continuar a viver à margem das regras instituídas, de tal modo que tem vivido todos estes anos com as suas cooperativas incólumes às regras que existem em Portugal para o setor empresarial local, e que estão a ser cumpridas em todo o País, menos em Guimarães. Agora, encaixada numa “camisa de varas” como se quis colocar a Câmara de Guimarães, a Câmara opta por uma saída que é afinal igual ao caminho que vem sendo seguido até aqui, isto é, continua com expedientes a procurar fugir ao que está instituída e permitir-se viver à margem das regras que se aplicam para todos os outros municípios. Num expediente que se elogia pela sua inteligência jurídica, que é aliás proporcional à

sua simplicidade, a Câmara aprovou na sua reunião de 18 de Setembro de 2014, ceder às mesmas cooperativas, todos os edifícios públicos que estas até aqui geriam mediante protocolo celebrado com o Município, mas sob o regime de comodato. Contudo, para vigorar o comodato, não podem as cooperativas naturalmente explorar os respetivos espaços, ou estaríamos perante uma concessão. Assim sendo, as receitas advindas da exploração dos espaços constitui receita própria do Município de Guimarães, e nunca do comodatário que apenas utilizar gratuitamente os referidos espaços. Mas então, como será possível que se mantenham financeiramente equilibradas estas cooperativas se afinal ficarão responsáveis pelos espaços mas inibidas de recolher as respetivas receitas advindas da sua exploração? Porque seriam objeto de subsídio pela Câmara de Guimarães, subsídio esse que não sendo sujeito a visto do Tribunal de Contas não constituiria qualquer problema do ponto de vista jurídico. Ora é isto mesmo que hoje nos é apresentado pelo Executivo Socialista: a aprovação de um subsídio a atribuir à Cooperativa Oficina no montante de 345 mil euros, ao abrigo do regulamento de atribuição de subsídios às atividades das entidades culturais, artísticas, recreativas ou humanitários do Município de Guimarães. Em primeiro, esta solução representa uma absoluta coerência com o caminho que vem sendo seguido até aqui, um caminho paralelo, um caminho à margem das regras, um caminho que com que não aplique em Guimarães a Lei que aplica no resto do País. Estamos frontalmente contra esse caminho! Estamos hoje, como estivemos ontem. Estamos hoje acrescidamente na medida em que ele vai assumindo requintes mais rebuscados à medida que a malha vai apertando. Isto não é nenhuma solução, isto é um “tapa buracos”, isto é mais um



expediente que representa uma fraude ao regime legal instituída. Embora jogando com as suas regras. Isto é além do mais um cheque em branco para que a atuação destas cooperativas continue sem supervisão institucional, a funcionar num regime que terá a transparência que os seus responsáveis entenderem conceder. No entanto, é igualmente verdade que sabemos que os menos culpados por toda esta situação são os trabalhadores das régie-cooperativas em causa. Que são aqueles a quem foi prometida uma estabilidade que as sucessivas opções políticas do executivo socialista não conseguem assegurar. E que são aqueles que padecerão, em primeiro lugar, com as opções tomadas pelos responsáveis políticos, com decisões que são tudo menos responsáveis. Apesar de sabermos que os vereadores e responsáveis pelas cooperativas em causa soltam a insídia junto dos trabalhadores voltando-os contra este grupo de vereadores, que tem o direito – e aliás o dever! – de defender uma opção diferente, porque correta e porque adequada ao Estado de Direito em que queremos viver, apesar disso sabemos que as cooperativas em causa, sobretudo a cooperativa A Oficina, vivem tempos de urgência, vivem tempos em que as sucessivas opções do executivo socialista colocam os seus trabalhadores perante a iminência do despedimento, por insuficiência de verbas para manter em funcionamento as respetivas cooperativas, por esse motivo e apenas por esse motivo, não votamos contra esta proposta, que não subscrevemos minimamente. Consideramos contudo que a urgência da tomada de decisão justifica que possamos “fechar os olhos” e tomar uma posição que contraria os nossos princípios de atuação política e a nossa coerência nesta matéria, mas por consciência que é porventura, em termos imediatos, a única forma de adiar por mais algum tempo uma

decisão que tem que ser tomada, e que não é com certeza esta que agora se toma, que mais não é do que mais um expediente para permitir que o Município de Guimarães se mantenha à margem das regras instituídas, com o que não podemos, de modo algum, pactuar. Tal como fizemos em Setembro quando nos foi apresentado a proposta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Guimarães e a Régie-cooperativa Oficina, abstemo-nos na votação desta proposta de subsídio, pelas mesmas razões acima reiteradas.” -----

CULTURA - SUBSÍDIOS A ATRIBUIR NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ATIVIDADES DAS ENTIDADES QUE PROSSIGAM FINS CULTURAIS, ARTÍSTICOS, RECREATIVOS OU HUMANITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

– Presente a seguinte proposta: “Nos termos do Regulamento nº 606/2010, e atentos os relatórios técnicos de avaliação das candidaturas selecionadas para apoio, propõe-se a atribuição dos seguintes subsídios, destinados a cofinanciar atividades programadas para o 1º semestre de 2015: **1. Candidato:** Associação Teengroup - **Projeto:** Aquisição de trampolim e insuflável - **Subsídio:** €4.500,00 - **Avaliação:** Projeto meritório no sentido em que promove a atuação de jovens junto de outros jovens oriundos de meios desfavorecidos, procurando assegurar um certo grau de autonomia na realização de ações de animação. Os promotores alegam igualmente que a disponibilidade destes equipamentos pode contribuir para a sustentabilidade da ação da entidade. Releva-se, pela negativa, a fraca capacidade demonstrada na angariação de outros financiamentos. **Classificação:** 57/90; **2. Candidato:** OSMUSIKÉ - Associação Musical e Artística do Centro d Formação Francisco de Holanda - **Projeto:** A Cantar por Vilas e



Aldeias da Nossa Terra - Subsídio: €3.000,00 - **Avaliação:** A iniciativa dirige-se à população residente em áreas fora da sede do concelho e propõe-se encetar a recolha, seleção e recriação de temas musicais e lendas tradicionais. Os promotores pretendem associar-se a parceiros locais para a organização e produção dos espetáculos, cuja criação implica a realização de ações formativas dirigidas aos intérpretes. Finalmente releva-se o potencial do projeto para a valorização do património local imaterial.

Classificação: 43/60; **3. Candidato:** Sociedade Musical de Pevidém - **Projeto:** Música com História - **Subsídio:** €3.200,00 - **Avaliação:** Tendo como principal objetivo fomentar o conhecimento do património através da música e vice-versa, esta nova edição de uma iniciativa que se iniciou em 2013 tem potencial para interessar públicos diferenciados e para valorizar o património material e imaterial do Concelho. Dirigido especialmente aos jovens, o projeto tem porém condições para suscitar o interesse de públicos muito diferenciados em termos sociais, geracionais e de proveniência, pressupondo necessariamente a colaboração de diversos parceiros, designadamente das entidades proprietárias / gestoras dos locais onde se desenvolve, de juntas de freguesia e de agrupamentos de escolas. Concorre, igualmente, para criar oportunidades de contacto com o público por parte dos jovens músicos da Sociedade Musical, demonstrando, por outro lado, uma real capacidade de angariação de outras fontes de receita para a sua concretização.

Classificação: 43/60. Os apoios financeiros deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5.000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão válida de situação regularizada perante a

Segurança Social, sem a qual o pagamento não poderá ser efetuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

DESPORTO - CENTRO DE ATIVIDADES RECREATIVAS TAIPENSE – APOIO PARA DESLOCAÇÃO AO TORNEIO DE HÓQUEI EM PATINS DO EIXO ATLÂNTICO – Presente a seguinte proposta: “Nos últimos anos, a Associação Eixo Atlântico tem organizado um Torneio de Hóquei em Patins para jovens, reunindo equipas das cidades que integram esta associação transfronteiriça. Este ano, o Torneio foi realizado na Corunha, no fim-de-semana de 6 a 8 de dezembro, tendo a nossa cidade sido representada pelo CART, o que aconteceu pela primeira vez, numa competição desportiva que, para além da promoção do desporto, tem uma forte componente de valorização social e recreativa para os jovens. Neste sentido, e de forma a apoiar o CART no pagamento das despesas de transporte, propõe-se a atribuição de um subsídio extraordinário de 500 euros. Assim, por se considerar um evento extraordinário de relevante interesse municipal e com o fim de apoiar uma deslocação internacional, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, remete-se para deliberação a atribuição do apoio proposto.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2015 – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do nº 4 do art. 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art.



2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio, submete-se à consideração superior a constituição dos fundos de maneio abaixo indicados para acorrer, com oportunidade, a despesas diversas, durante o ano de 2015, bem como os respetivos titulares e seus substitutos. Conforme é habitual, foram consultados os serviços municipais. **1. Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público** – €300,00 (trezentos euros) para despesas com portagens e com estacionamento dos veículos municipais quando em serviço externo – rubrica 05/020210. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Operacional da Divisão de Trânsito e Espaço Público**. **2 - Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público** – €400,00 (quatrocentos euros) para despesas com combustível – correspondendo €200 (duzentos euros) a gasolina (rubrica 05/02010201) e €200 (duzentos euros) a gasóleo – (rubrica 05/02010202). **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Operacional da Divisão de Trânsito e Espaço Público**. **3 - Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público** – €400,00 (quatrocentos euros) para despesas com renovação de licenças de veículos municipais, conforme legislação em vigor – rubrica 05/06020305. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Operacional da Divisão de Trânsito e Espaço Público**. **4 – Titular: Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela, Técnico Superior da Divisão de Trânsito e Espaço Público** – €4000,00 (quatro mil euros) para

despesas com reparações urgentes de viaturas – rubrica 05/020203. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público.**

5 – Titular: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Diretora do Departamento de Administração Geral – €250,00 (duzentos e cinquenta euros) para despesas com expediente de secretaria – rubrica 02/020108. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica.**

6 – Titular: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Diretora do Departamento de Administração Geral – €1500,00 (mil e quinhentos euros) para despesas com taxas e emolumentos devidos aos Cartórios Notariais, Conservatórias de Registo Civil, Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças – rubrica 02/020225. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica.**

7 - Titular: Isabel Maria Ferreira Miranda, Chefe da Divisão de Ação Social (DAS) – €2000,00 (dois mil euros), destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com carácter de urgência, de apoios a conceder no âmbito da alínea a) do art. 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – rubrica 08/040802. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Paulo César Ribeiro Fernandes, Técnico Superior da Divisão de Ação Social.** Estes fundos de maneo serão reconstituídos mensalmente, contra entrega dos documentos comprovativos da despesa, e a sua reposição será feita até 31 de Dezembro do respetivo exercício económico.”



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS - TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

PARA 2015 – Presente a seguinte proposta: “No âmbito do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de Agosto (regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos), a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) recomenda a harmonização das estruturas tarifárias com o financiamento do serviço, conferindo-lhe a racionalidade económica e financeira que assegure não só a sua viabilidade como a sua indispensável melhoria. Como é evidente, num serviço que sempre foi deficitário para os cofres municipais, a recuperação deste défice só pode ser conseguido pelo aumento das tarifas ou pela diminuição dos custos de funcionamento do serviço. No caso do Município de Guimarães, a recuperação destes custos está, ainda, longe de ser conseguida, sendo que, previsivelmente, no final do ano de 2014, a percentagem de cobertura das receitas se cifrará na ordem dos 50%. Mesmo com um substancial esforço na diminuição da despesa, que desde 2011 até finais do corrente ano será reduzida em cerca de meio milhão de euros, o custo com o tratamento e destino final dos resíduos, da responsabilidade da Resinorte, aumentou em cerca de 120.000 euros/ano (praticamente para a mesma quantidade de resíduos recolhidos), o que determina que o Município tenha de assumir um valor próximo dos dois milhões de euros para garantir o equilíbrio do sistema, reduzindo significativamente o custo que devia ser imputado ao utilizador final e assumindo dessa forma, e no âmbito das recomendações da ERSAR, um serviço economicamente mais acessível aos nossos munícipes pela redução substancial dos custos a esse mesmo utilizador final. Face ao exposto, e para que

não só se continue a garantir um serviço universal e economicamente acessível aos nossos munícipes, mas também para que se salvguarde o bom desempenho económico-financeiro da Câmara Municipal, coloco à consideração superior o Tarifário de RSU para 2015 em anexo. O referido tarifário dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Manuel Torcato. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas doze horas e trinta minutos, no período estabelecido para intervenção do público, o Presidente da Câmara deu a palavra ao **cidadão José Cunha** que referiu vários aspetos da política estratégica seguida, designadamente qual o ponto de situação em que se encontravam o Pacto dos Autarcas e a Agenda 21 Local. ---

O **Presidente da Câmara** deu os esclarecimentos sobre as questões colocadas, designadamente o que consta do documento estratégico da Capital Verde Europeia. Sobre a mobilidade elétrica e as energias renováveis constante do Pacto de Autarcas disse ter sido enviado para o Parlamento Europeu o documento da sustentabilidade, estando a ser ultimado para ser brevemente apresentado em reunião de Câmara. Sobre a Agenda 21 Local disse ser um objetivo que se enquadra no grande desígnio que é a Capital Verde Europeia. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 25 Fis. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

**REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A
PRESENTE ATA. -----**